



Violência contra os indígenas Guaranis no Mato Grosso do Sul

Nota da CAI

A Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da ABA acaba de divulgar extensa nota na qual manifesta a indignação da Associação diante da grave situação em que se encontram os indígenas Guaranis no Mato Grosso do Sul. A nota recupera o histórico de recentes atentados aos grupos da região, analisa a reação das autoridades e indica providências que devem ser tomadas pelo poder público. Para a CAI, os fatos que se vem avolumando configuram situação sem precedentes na história das relações entre os povos indígenas e a sociedade brasileira, que vê com assustadora rapidez aproximar-se uma situação que já está a ser caracterizada como genocídio. A nota traz ainda como anexo um relatório do Ministério Público no Mato Grosso do Sul, elaborada a pedido da ABA, acerca das ações judiciais em trâmite na região que versam sobre direitos fundiários indígenas.

[Leia Mais](#)

Atuação de Comissão da ABA em Brasília

Dada a gravidade da situação Guarani no Mato Grosso do Sul, a ABA solicitou audiência às autoridades mais diretamente relacionadas à questão visando manifestar a sua preocupação com o assunto e tomar conhecimento das providências adotadas pelo governo federal.

Nos últimos dias 05 e 06 de dezembro, Bela Feldman-Bianco e João Pacheco de Oliveira, respectivamente Presidente da ABA e Coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas, acompanhados pelo indígena Guarani-Kayowá, Tônico Benites, doutorando em antropologia (PPGAS/MN), sócio da ABA e membro da Ati Guaçu, realizaram reuniões sucessivas com as seguintes autoridades:

- Dra. Deborah Duprat, Coordenadora da 6a. CCR da PGR e Vice-Procuradora Geral da República;
- Antropólogo Márcio Meira, Presidente da FUNAI;
- Dr. Domingos Sávio Dresch da Silveira, Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos;
- Sr. Paulo Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Das prolongadas conversas mantidas resultaram os seguintes encaminhamentos:

- 1) A FUNAI comprometeu-se a agendar para os próximos dias (e acompanhar) a tomada de depoimento de Tônico Benites à Superintendência de Polícia Federal, em Brasília, sobre um atentado que sofreu no dia 29-11, em Dourados (MS), bem como sobre as inúmeras ameaças que vem recebendo nestas últimas semanas, obrigando-o até a trocar de celular e a evitar circular pela cidade;
- 2) A Secretaria de Direitos Humanos comprometeu-se a colocar Tônico Benites no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, à semelhança do que já ocorre com o indígena Eliseo, representante Guarani na Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), e estudar formas de proteção especial aos líderes locais que firmaram o Termo de Ajustamento de Conduta entre a FUNAI e o MPF de Dourados em 2007 e que têm sido citados nominalmente nos ataques aos acampamentos;
- 3) A FUNAI deverá colaborar no que lhe for possível para o item anterior;
- 4) A FUNAI promoverá em janeiro próximo um encontro entre os antropólogos que integraram estes GTs, de modo a acelerar a conclusão dos trabalhos e a homogeneização de conceitos e de linguagem entre as diferentes equipes. Convidada, a ABA aceitou participar deste fórum através de representantes da CAI;
- 5) A FUNAI comprometeu-se a encaminhar com a maior brevidade possível para a publicação no DOU os resumos dos relatórios antropológicos produzidos pelos 6 Grupos de Trabalho para identificação de terras indígenas Guarani em MS.
- 6) Discutida a possibilidade de uma colaboração entre ABA e FUNAI, os técnicos da agência indigenista ficaram de propor um termo de cooperação que permitisse a indicação de antropólogos pela primeira para atividades desenvolvidas pela segunda, à semelhança do que ocorre com a PGR, mediante convênio celebrado desde 1987, e mais recentemente com o INCRA (2011). Uma proposta inicial seria apresentada pela FUNAI a ABA;

- 7) Considerando as precárias condições de alimentação e saúde das famílias indígenas que estão em acampamentos, a FUNAI – que está ampliando sua infra-estrutura local - , manifestou seu empenho em assistir adequadamente aquelas comunidades indígenas, situadas em condições de extrema vulnerabilidade;
- 8) Tendo em vista diversos projetos de leis que tramitam no Congresso Nacional e em especial frente à aceleração da tramitação da PEC-215, a ABA comprometeu-se com a PGR, a FUNAI e a SG-PR a colaborar na defesa dos direitos indígenas adquiridos via CF-1988 bem como na manutenção da sistemática relativa à definição das terras indígenas, podendo prestar indicar representantes que possam prestar esclarecimentos a comissões parlamentares, elaborar documentos e contribuir para a compreensão dos riscos trazidos por algumas destas iniciativas.

Associação Brasileira de Antropologia

Gestão Desafios Antropológicos (2011-2012)

Presidente Bela Feldman-Bianco (Unicamp)

Vice-Presidente Luiz Fernando Dias Duarte (Museu Nacional/UFRJ)

Secretário Geral Daniel Schroeter Simião (UnB)

Tesoureira Geral Cynthia Andersen Sarti (UNIFESP)

Tesoureiro Adjunto Guilherme José da Silva e Sá (UnB)

Diretores

Andrea Zhouri (UFMG)

Carmen Silvia Rial (UFSC)

Gilton Mendes dos Santos (UFAM)

Henry Trindade Barretto Filho (IEB)

Informativo ABA

Edição: Daniel S. Simião / Carine Lemos

Diagramação: Roberto Pinheiro

Universidade de Brasília

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte

Prédio Multiuso II (Instituto de Ciências Sociais) – Térreo - Sala BT-61/8

Brasília/DF Cep: 70910-900

Tel/Fax: (61) 3307-3754

Para correspondência:

Caixa Postal 04491

70.904-970

Brasília, DF